



**Acta nº. 06/2010**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE RESENDE, REALIZADA EM  
17.12.2010**

**LOCAL:** -----

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

**CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA:** -----

PRESIDENTE: Maria Teresa Pais Duarte dos Santos (PS); -----

1º SECRETÁRIO: Joaquim da Conceição Sousa (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Luís Manuel de Almeida Pinto (PS). -----

**HORA DE ABERTURA:** -----

Eram 16h15 quando a Senhora Presidente da Mesa deu início à sessão.-----

**FALTAS E SUBSTITUIÇÕES:** -----

A Presidente da Mesa comunicou ao Plenário as seguintes substituições e faltas: -----

O Membro António Joaquim Almeida Correia (PSD), ausente por período inferior a 30 dias, conforme comunicação apresentada, foi substituído pelo Membro suplente Maria Manuela Peixoto de Almeida (PSD).-----

O Membro Andreia Marisa Sequeira Pinto Fontão (PS), ausente por período inferior a 30 dias, conforme comunicação apresentada, foi substituído pelo Membro suplente Adão Francisco de Almeida Azevedo (PS).-----

Faltaram os seguintes Membros: Rui Miguel de Viseu Botelho Cardoso – PSD (ausente por período inferior a 30 dias, conforme comunicação apresentada).-----

**A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”;** -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

**B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

**B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR;** -----

A Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da acta da Sessão realizada em 28 de Setembro de 2010, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente foi a referida acta colocada à discussão e sujeita a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----



**B.2. LEITURA RESUMIDA DE EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS; -----**

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

**B.3. VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES E RESPECTIVA VOTAÇÃO; -----**

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) –** Apresentou o seguinte voto de felicitações:--

“No passado dia 14 de Dezembro de 2010, a sociedade comercial por quotas "Cermouros – Cerejas de São Martinho de Mouros, Limitada", sediada no nosso concelho, da qual é sócio-gerente o Sr. José de Almeida, foi distinguida com o estatuto de PME Excelência de 2010, como uma das melhores empresas que apresentaram os melhores desempenhos económico-financeiros e de gestão do ano. A cerimónia realizou-se no Europarque, em Santa Maria da Feira, e foi presidida pelo Exmo. Senhor Ministro da Economia, Inovação e Desenvolvimento, José António Vieira da Silva. Trata-se de distinção de PME de vários sectores de actividade, que se evidenciaram pela qualidade dos seus resultados e elevados padrões competitivos, com rácios de solidez financeira e de rentabilidade acima da média nacional, que contribuem activamente para as dinâmicas de desenvolvimento e de emprego para as várias regiões. Pela importância da distinção atribuída que muito nos honra, o Grupo Municipal do PSD propõe um voto de felicitações à "Cermouros – Cerejas de São Martinho de Mouros, Limitada", na pessoa do seu sócio-gerente, José de Almeida, e de todos os seus colaboradores, fazendo votos na continuação deste trabalho de excelência.”-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) –** Apresentou a seguinte moção:-----

“Nos próximos tempos o cenário de crise económica vai manter-se, exigindo muito das diferentes instituições, no apoio às suas populações. As Juntas de Freguesia, como primeiro nível de proximidade entre as pessoas e o poder local, serão muito solicitadas, no âmbito das suas competências, a colmatar situações de carências com que serão confrontadas. Se esta é uma situação altamente provável, que deveria encontrar nas autarquias um conforto orçamental mínimo para fazer face aos diversos problemas, verifica-se, que este aumento das solicitações não é acompanhado pelo reforço, ou pelo menos manutenção, das suas dotações orçamentais resultado da contenção da despesa pública, minimizando ainda a capacidade das Juntas em relação aos problemas ordinários. O mapa de transferência das verbas da administração central para as Juntas de Freguesia, constantes no Orçamento do Estado para 2011, e relativas ao Fundo de Financiamento das Freguesias, contempla um decréscimo global na ordem dos 10% em relação ao valor do ano transacto. Considerando este facto; Considerando as razões expostas anteriormente; E considerandos “a boa saúde financeira” da Câmara conforme proclamam os documentos previsionais hoje colocados a votação desta assembleia; O Grupo Municipal do PSD propõe que, de forma



compensatória, a Câmara Municipal transfira para todas as Juntas de Freguesia o diferencial referido anteriormente, que importa num valor global de 41.634,00 €, distribuindo-o de acordo com as respectivas tabelas. Esta é um esforço, que julgamos nós, a Câmara poderá suportar, bastando para isso rever alguma das rubricas, e que para as nossas Juntas de Freguesias representará um importante contributo para a resolução dos seus novos problemas, pelo que colocamos esta proposta à votação.”-----

**Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS)** – Relativamente a esta moção apresentada pela Bancada do PSD, referiu que neste momento de dificuldade temos todos de aferir se não existirão outras formas de prestar apoio a quem mais necessita para além de ser apenas com dinheiro, como seja uma maior eficiência do funcionamento da rede social e das instituições que operam neste domínio. Entende que uma maior participação e dinâmica dos senhores Presidentes de Junta e destas Instituições de cariz social que actuam do domínio do apoio social às situações de carência económica no concelho, poderá permitir que se encontre uma forma mais eficaz de combater estas situações. -----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Disse que não tinha a mínima dúvida de que a autarquia iria prosseguir com o esforço referido, todavia, dado que estamos perante um cenário extraordinário, para o qual as Juntas de Freguesia não estão preparadas, entende que a Câmara poderá colmatar por conforto do que afirma que é a sua saúde financeira. Disse ainda que proposta agora apresentada representa cerca de 41.000,00€ e que poderá sugerir onde é que a Câmara poderá poupar esta verba e assim a redistribuir por todas as Juntas de Freguesia, colmatando o diferencial em relação à previsão do ano passado, não lhe parecendo que seja um esforço muito grande para a autarquia e que este permitirá que as Juntas tenham um conforto financeiro acrescido e assim possam dar uma melhor resposta aos problemas com que se deparam.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (votos contra da Bancada do PS), reprovar.**-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Apresentou a seguinte moção:-----

“Uma vez mais a Estrada Nacional 222-2 que ligará Resende a Bigorne, não faz parte do volume de investimentos contemplados em PIDDAC. Desta vez, julgamos, será “a crise” a justificar que Resende continue nesta situação de desigualdade territorial em termos de acessibilidades em relação ao resto do País. Um rol de razões tem nos sido avançadas ao longo de anos e anos, para responder aos sucessivos adiamentos: já foi o traçado, já foi a “confusão” de traçados, já foram os projectos, a rede natura, e até os lobos!... Há precisamente um ano, este mesmo Grupo Municipal do PSD alertou esta assembleia, para a necessidade de uma tomada de posição, amplificando, os inegáveis esforços do actual executivo municipal, que colocou na propalada “qualidade” da relação que tem o governo o factor fundamental para a resolução deste problema. Nessa altura, a iniciativa do PSD, que passava pelo envio de uma missiva com carácter reivindicativo ao mais alto responsável pela tutela das obras públicas, foi castrada, para o que terá do responsável máximo do executivo. Todos sabemos do protocolo estabelecido com as Estradas de Portugal - que, conforme já assumimos, deixa muitas



reservas quanto ao cumprimento integral do expectável com prejuízo para o município e sobretudo deixa no ar que o troço Felgueiras-Bigorne muito dificilmente se concretizará, e que não está a ser minimamente cumprido – sabemos também do empenho deste e de todos os outros executivos que o antecederam, sabemos das movimentações em campo por causa das expropriações, sabemos que o projecto de execução está em curso, mas sabemos também que a tudo isto já assistimos no passado sem que a obra se tenha concretizado (relembremo-nos que os terrenos influenciados pelo anterior traçado chegaram a ser pagos e a estrada não está lá). De todo este processo pode-se concluir, que a vontade política nunca se sobrepôs verdadeiramente aos constrangimentos técnicos e orçamentais. E desta vez será a “crise”... E a “crise”, sabemos, prolongar-se pelos próximos anos...Por isso, para esta situação de impasse, o grupo municipal do PSD de Resende aponta uma solução que havendo verdadeira vontade política, torna a “222-2” definitivamente uma realidade. A taxa de execução dos fundos estruturais do actual quadro comunitário de apoio, como é do conhecimento, tem sido muito baixa. Para além disso aos programas de financiamento disponíveis estão afectos expectativas de investimento (principalmente grande obra pública) que neste cenário dificilmente se concretizarão e que vão originar uma inevitável reformulação dos programas, redistribuindo e reafectando verbas. É esta oportunidade que podemos e devemos aproveitar. A obra da construção da Estrada Nacional 222-2 poderia assim ser cabimentada num pacote de outras vias e acessibilidades que estarão em suspenso (constantes do Plano Nacional Rodoviário – como, por exemplo, a ligação entre o nó de Soalhães e a Ponte da Ermida) sendo assim comparticipada nos habituais 70% de financiamento comunitário, reduzindo o esforço da comparticipação nacional para montantes suportáveis pelos promotores das operações. Este é um assunto que envolve acima de tudo, vontade política, e que terá, não temos dúvidas a abertura das entidades com competência na matéria: Ministério das Obras Públicas, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, Autoridades de Gestão do Programa Operacional do Norte ON2 e do Plano Operacional de Valorização do Território, e, sobretudo, as Estradas de Portugal. A estas entidades, o grupo Municipal do PSD pretende enviar uma exposição com o teor aqui explanado, convidando todos os membros eleitos por este órgão a subscreve-la, representados se assim o entenderem, nos líder da bancada com a chancela da Sra. Presidente da Assembleia Municipal. Este é um assunto de superior interesse municipal e que não pode ter leituras partidárias. O PSD para isso contribui, esperando que, desta forma, nos possamos unir num desiderato de todos.-----

**Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS)** – Quanto a esta moção disse que não foi por coacção nem por outra razão politico-partidária que o Grupo Municipal do PS “castrou” a moção proposta na sessão anterior, uma vez que, recordou, na sua intervenção até afirmou que a mesma era meritória. A posição da sua bancada é de que, sabendo que da parte do senhor Presidente da Câmara e respectivo Executivo estão a ser feitas diligências no sentido de encontrar financiamentos adequados e de colocar a obra em marcha, entendem que a tomada de iniciativas de carácter “incendiário” não será a solução mais adequada para resolver esta situação. Mantêm a confiança no trabalho que está a ser desenvolvido pelo senhor Presidente da Câmara, pelo que não concordam



com a moção apresentada.-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Disse que nunca foi política da sua bancada alimentar polémicas desnecessárias, recordando que a sua bancada, desde que tomou posse, sempre apresentou propostas de uma forma consolidada e não avulsa ou gratuita. Quanto ao facto de a bancada do PS confiar nas diligências efectuadas pelo senhor Presidente da Câmara no sentido de encontrar financiamentos, solicitou que fossem dadas a conhecer a todo o plenário, uma vez que a última vez que este assunto foi tratado em sede de Assembleia Municipal resultou de uma iniciativa da bancada do PSD e que estava suportado num protocolo que até à data não foi ainda cumprido e que já o deveria ter sido há dois anos. Embora reconhecendo o esforço deste e de todos os outros executivos que o precederam, entende que esta operação colide com dificuldades orçamentais, pretendendo apenas o PSD propor uma solução e não substituir-se à Câmara ou ao seu Presidente.- -

**Presidente da Câmara Municipal** – Informou que o Executivo está a acompanhar o assunto e que existem em cima da mesa várias hipóteses para a sua resolução, sendo a agora apresentada uma delas, pelo que não constitui nenhuma novidade. Entende que qualquer tomada de posição casuística e ocasional sobre uma delas pode eventualmente prejudicar as demais.-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Referiu que estranhava o facto de que sempre que o PSD apresenta um assunto relacionado com a EN222-2 o mesmo já está a ser tratado, embora nunca o tenha sido comunicado ao plenário e que a sua bancada não deixará de apresentar esta hipótese de resolução do problema às devidas instâncias, na convicção de que isso representa o melhor para os municípios de Resende.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (votos contra da Bancada do PS), reprovado.**-----

#### **B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS;** -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

**José Oliveira Monteiro (Presidente da Junta de Freguesia de Feirão – PSD)** – Deu conta que a Junta de Freguesia de Feirão apresentou por várias vezes na Câmara Municipal um pedido de cedência das instalações da antiga Escola Primária, tendo sido os mesmos sempre negados, mas que recentemente e perante um pedido idêntico formulado por uma associação particular a Câmara Municipal, de imediato, cedeu as instalações. Por este facto manifestou o seu desagrado, considerando que a Junta de Feirão foi discriminada em detrimento de uma entidade particular.-----

**Amadeu Vasconcelos (Presidente da Junta de Freguesia de Cárquere – PS)** – Começou por comentar a proposta de compensação financeira para as Juntas de Freguesia, apresentada pelo PSD, dizendo que a considerava imponderada por duas ordens de razões: a primeira pelo facto de ignorar a saúde financeira das Juntas de Freguesia e a segunda por ignorar também os cortes que foram impostos ao Município. Seguidamente proferiu a seguinte intervenção:-----

“A dificuldade que o último ano representou para todos nós ainda não tornou possível o arranque



efectivo das iniciativas que o Município tem programadas para a freguesia de Cárquere. Depois de resolvido o problema com a EM Resende-Cárquere-São Romão, elevamos a taxa de cobertura da rede de água e saneamento para cerca de 90% e termos os nossos jovens estudantes a desfrutar do uso do novo centro escolar, o arranjo da zona envolvente ao Mosteiro de Cárquere, a construção de uma Casa Mortuária e a beneficiação da estrada Cárquere-Enxertado, são as prioridades destacadas pela freguesia e que a permitirão colocar no mesmo nível de investimento e desenvolvimento de outras freguesias. Esperamos que no próximo ano já seja possível dar início a algumas destas iniciativas. Saliento o arranjo da zona envolvente ao Mosteiro de Cárquere e a construção da Casa Mortuária, porque a recente integração do Município na Rota do Românico do Vale do Sousa e Tâmega exige de todos nós uma maior preocupação com o património românico existente no concelho e vem acrescentar algo mais à necessidade de uma intervenção séria e ponderada naquela zona de Cárquere. No ano 2010 e apesar de todas as dificuldades, a Câmara Municipal soube encontrar na freguesia de Cárquere outros parceiros para além da Junta de Freguesia, que permitiram dar continuidade à implementação das políticas de desenvolvimento sustentado que tem caracterizado este executivo. A continuidade do financiamento à construção da sede do Rancho de Cárquere e o recente financiamento à Associação Recreativa e Desportiva de Cárquere, são os melhores exemplos de que nas freguesias a implementação de políticas de igualdade não se esgota nas próprias freguesias.”.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Informou que relativamente ao assunto exposto pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Feirão, já teve oportunidade, em sede de reunião de câmara, de lhe transmitir a fundamentação das decisões do Município na matéria em causa e que em relação à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cárquere tomou nota das suas preocupações.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Chamou a atenção do plenário para a necessidade de todos os assuntos terem de ser discutidos nos períodos a que dizem respeito, solicitando que se evitassem intervenções num período sobre assuntos que dizem respeito ou já foram tratados noutro período.-----

#### **B.5. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO;** -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

**Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS)** – Referiu que na última sessão da Assembleia Municipal, a propósito da sua intervenção sobre o projecto de revisão constitucional do PSD, obteve uma resposta que deu a ideia de que, no domínio da educação, a bancada do PS tinha um preconceito contra o ensino particular e cooperativo. Refutando esta ideia, prosseguiu dizendo que nos últimos dias temos assistido e tomado conhecimento de algumas notícias e intenções por parte do governo em fazer uma revisão ao regime dos contratos de associação e que, sabendo-se que o Externato D. Afonso Henriques, estabelecimento de ensino de vital importância para o nosso concelho, uma vez que aqui cobre importantes necessidades de educação, é um dos



estabelecimentos que tem um contrato de associação, questionou o senhor Presidente da Câmara sobre se têm sido tomadas ou estão a ser tomadas algumas diligências por parte da autarquia neste âmbito da revisão dos contratos de associação.-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“No final da semana passada o primeiro-ministro, em debate quinzenal na Assembleia da República reafirmou a sua intenção de rever o regime de contratos de associação com o ensino particular e cooperativo. *Grosso modo*, o objectivo será reduzir e mesmo anular a comparticipação financeira ao funcionamento deste tipo de instituições, e resulta das conclusões da reunião do Conselho de Ministros que prevê uma reavaliação anual das condições contratadas. Este é um assunto que tem provocado inúmeras reacções de contestação por diferentes agentes educativos e associações de pais. Em causa está a viabilidade do funcionamento de diversas instituições de ensino por todo o país. Ainda na quarta-feira, dia 15, durante uma audição na Comissão Parlamentar de Educação, a Sra. Ministra da Educação defendeu que o Estado não pode continuar a financiar estabelecimentos de ensino particular e cooperativo confirmou a intenção de rever os contratos de associação com instituições do sector privado, em função da necessidade de “consolidação orçamental”. Esta decisão irá deixar em situação difícil muitas escolas, tendo sido já admitido por várias que não terão alternativa senão “fechar as portas”! No nosso concelho o Externato D. Afonso Henriques em Resende é uma das instituições que actualmente usufrui do regime de apoio estatal que agora é posto em causa pelo diploma aprovado em Conselho de Ministros. Dispensamo-nos aqui de argumentar a qualidade desta nossa instituição, referência educativa na região. Todos nesta sala conhecemos a sua importância no nosso contexto social. Lá passamos, muitos de nós, como alunos, como professores e lá temos agora os nossos filhos. Esta medida poderá por em causa a estabilidade funcional do “Externato”, sendo um assunto que a todos nós e a toda a comunidade diz respeito. O Estado, não pode desprezar assim estas instituições. Foram elas que se substituíram ao Estado na educação durante décadas. No nosso caso, foi externato que colmatou lacunas da rede programática e que permitiu aos nossos jovens prolongar os estudos a um nível superior e formarem-se. E aos pais, permitiu também a liberdade de optar por dois modelos - o de proximidade e o centralizado – sem que isso tenha significado qualquer tipo de custo acrescido. (Parece-nos que esta é uma medida que não tem por si só uma fundamentação de contenção económica, mas que também procura impor um modelo único de educação.) Para além disso, e como senão bastasse, existem também postos de trabalho em risco: O Externato D. Afonso Henriques emprega 43 pessoas entre pessoal docente e não docente que ficarão em situação de instabilidade. “*Há concelhos onde a escola pública assegura totalmente a oferta de educação e existem, na proximidade, escolas privadas que são totalmente financiadas pelo Estado. É nestes casos que nós precisamos de actuar, reavaliar e verificar se isto se justifica em termos de interesse público*”, disse também anteontem a Sra. Ministra. Ora é precisamente o interesse público que está aqui em causa, o interesse público concelhio e de uma região. E é este o grande argumento que devemos levar à Sra. Ministra através de uma missiva que esta assembleia do nosso ponto de vista deveria subscrever, disponibilizando-se este grupo municipal



para co-redigir o seu teor. Este é um assunto preocupante e que exige uma tomada de posição contundente, não podendo ficar exclusivamente remetida aos corredores do poder. O PSD Resende intervirá determinadamente na defesa deste referencial do nosso concelho.”.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Esclareceu que sobre esta matéria têm de ser tomadas as medidas que realmente ajudem a resolver o assunto e não aquelas que possam prejudicar a sua resolução, ou seja, dado que ainda não existe nada de definitivo, há que ter muita prudência nas decisões políticas que se tomam. Deu o exemplo da posição assumida na Câmara Municipal, em que a totalidade do executivo depositou no seu Presidente a incumbência de concertar com o senhor Director do Externato D. Afonso Henriques, as diligências a efectuar junto do Ministério da Educação. Recordou que esta é já a terceira vez em que está envolvido em questões que têm a ver com o futuro deste estabelecimento de ensino e que nas outras duas, em concertação com os seus responsáveis, conseguiu-se ultrapassar as adversidades existentes à data. Apesar de defender a lógica da escola pública, ressaltou a justiça que deve ser feita a este estabelecimento de ensino e a liberdade de escolha que deve existir também neste domínio. Apesar de não saber ainda qual a dimensão dos cortes que vão existir e que a revisão ocorrerá caso a caso, já efectuou contactos preliminares com responsáveis do Ministério da Educação, em estreita colaboração com os responsáveis do Externato e espera que a seu tempo se obtenham os resultados esperados por todos, designadamente a defesa dos interesses do estabelecimento e dos seus alunos. Concluiu pedindo à Assembleia responsabilidade numa eventual tomada de posição sobre este assunto, seguindo, se possível, uma posição idêntica à da Câmara Municipal, por entender que esta é a melhor forma de defender o Externato e o concelho.-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – A propósito da intervenção do senhor Presidente da Câmara, referiu que entende que a forma como expôs a situação do Externato, não em relação ao problema em si, mas em relação à iniciativa que o PSD apresentou, revela um pensamento que o preocupa, que é o facto de pensar que se esta Assembleia tomar uma posição sobre esta matéria poderá originar uma “revanche” por parte do Ministério da Educação. Por outro lado, pelo facto de pensar que por si só terá força suficiente para contrariar a intenção do Ministério da Educação, o PSD vai confiar nessa assunção de responsabilidade por parte do Presidente da Câmara, não deixando, contudo, de estar atento a esta matéria, acompanhando-a.-----

**Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD)** – Esclareceu que o objectivo do projecto de revisão constitucional do PSD nesta matéria é a implementação de uma rede pública de ensino que não exclua ninguém, bem como esclareceu que, no caso do nosso concelho, devemos fazer a distinção entre ensino estatal e ensino público, uma vez que na prática existem dois estabelecimentos de ensino público (um garantido em instalações construídas pelo estado e outro em instalações particulares suportado num contrato de associação), sendo vedado a ambos a selecção ou exclusão de alunos.-----

### C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”: -----





**C.1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES QUE LHE FORAM INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----**

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

**Foi tomado conhecimento.** -----

**C.2. DESAFECTAÇÃO DE 3 PARCELAS DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL;-----**

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta de desafectação de 3 parcelas do domínio público municipal, sitas na zona da Portela, na Vila de Resende. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

**C.3. REGULAMENTO DO QUADRO DE EXCELÊNCIA DO CONCELHO DE RESENDE - “PRÉMIO REBELO MONIZ” - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO;-----**

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo a alteração do artigo 6.1 do Regulamento do Quadro de Excelência do Concelho de Resende - “Prémio Rebelo Moniz”, no sentido de passar a ter a seguinte redacção: “6.1- 2º e 3º Ciclos – os cinco melhores alunos inseridos em cada um dos universos referidos no corpo do presente artigo.”.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

**C.4. REGULAMENTO DA SALA DE ESTUDO ACOMPANHADO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO; ---**

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo que a alteração dos artigos 5º, 7º, nº3 e 10º, nº3 do Regulamento da Sala de Estudo Acompanhado, processando-se a mesma nos seguintes termos: “**Artigo 5º (Local):** A sala de estudo acompanhado funcionará numa das salas da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Resende. **Artigo 7º (Período e Horário de Funcionamento), nº3:** O horário de funcionamento a praticar será, de segunda a sexta-feira, composto pelos seguintes turnos de hora e meia cada: 1º – 16,30 às 18,00 horas; 2º – 18,00 às 19,30 horas. **Artigo 10º (Inscrições), nº3:** O período de inscrição decorre durante todo o ano.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----



**C.5. MODELO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RESENDE - APROVAÇÃO;-----**

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo a aprovação do Modelo da Estrutura Orgânica do Município, nos termos do Decreto-Lei nº305/2009, de 23 de Outubro, o qual estabelece uma estrutura hierarquizada, composta por 4 (quatro) unidades orgânicas flexíveis (Divisões) e com o limite máximo de 10 (dez) subunidades orgânicas (Secções).. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

**C.6. MAPA DE PESSOAL – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO;-----**

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo a aprovação de uma alteração ao Mapa de Pessoal nos termos do n.º3 do artigo 5.º, da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, conjugada com o n.º1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

**C.7. DOCUMENTOS PREVISIONAIS - 2011;-----**

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

**Jorge Cardoso Machado (PS)** – Proferiu a seguinte intervenção: “Não é novidade para ninguém, que o Mundo inteiro, ainda vive mergulhado na penumbra de uma crise Económico/Financeira e Social, que tem contaminado, mesmo as ditas grandes potências económicas. Estas, ainda não se livraram deste flagelo, que dura há já quase dois anos. Os países mais débeis, como é o caso de Portugal, têm sofrido mais directamente os efeitos deste fenómeno global obrigando os seus governantes a tomarem medidas impopulares. Os nossos governantes como é sabido, também as tiveram que por em prática, adivinhando-se um ano de 2011 muito difícil, não só para as famílias e empresas como também para a Autarquias. Estas, por força da obrigatoriedade da consolidação orçamental por parte do Governo, irão sofrer cortes substanciais nas transferências recebidas do Estado, implicando uma diminuição de receitas e obviamente uma diminuição, quer nas despesas correntes a efectuar quer nos investimentos a realizar. Mas a crise que nos assolou não pode nem deve ser impeditiva de continuarmos a aproveitar todos os talentos e todos os mecanismos disponíveis para continuarmos a levar o nosso barco o bom porto. O espírito da mensagem do Sr. Presidente do Município que antecede os documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento transmite-nos confiança e optimismo tanto mais que, como ele diz e muito bem, “ O nosso Município



ao contrário de muitos outros, apresenta uma situação financeira equilibrada que permite encarar este momento de crise com confiança e assim respondermos positivamente na resolução dos problemas”. Sr. Presidente: esta é uma notícia susceptível de gerar inveja junto daqueles que nunca acreditaram nas suas capacidades de gestão autárquica. Ainda por cima, o conteúdo dos quatro eixos estratégicos apresentados pelo Sr., para além de exibirem uma dose enorme de engenho e arte, falam-nos também de uma panóplia de realidades perfeitamente exequíveis, que vão certamente continuar a colocar o nosso Concelho num dos mais desenvolvidos do interior do nosso País. Termina Sr. Presidente, endereçando-lhe em nome desta bancada os nossos sinceros parabéns, podendo continuar a contar com o nosso total apoio e solidariedade na execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011.”.-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“O Grupo Municipal do PSD faz as seguintes considerações, resultado da sua análise aos documentos previsionais para 2011, sugerindo diversos esclarecimentos que gostaríamos de ver atendidos. De uma forma geral o documento é praticamente um “copy / paste” do equivalente do ano passado, não entrando em linha de conta, com a grave situação da crise económica a que o governo socialista nos remeteu. Assenta uma vez mais num rol de obras avulsas, que surgem muitas delas não de uma real necessidade, mas sim porque se encontrou uma gaveta de comparticipação disponível nos fundos comunitários distribuindo-as por diferentes “eixos” para assim parecerem ter uma estratégia coerente e não decorrer de uma casuística que a disponibilidade do QREN permite. Não se encontra e todo o documento uma verdadeira estratégia potenciadora da resolução dos problemas que nos realmente afectam e que não têm parado de crescer: o desemprego e a pobreza. Continuando a assentar a empregabilidade na vulnerabilidade social do concelho numa espécie de modelo autofágico. Ao tecido empresarial e à base produtiva local não se vislumbra uma medida de fundo, ignorando completamente o grave problema da agricultura, quer a sua dinamização, quer a sua reconversão. À parte alta do concelho, que merece como todos sabemos uma atenção muito especial, dissemina-se com duas ou três intervenções isoladas (algumas delas escudadas em nomes como Centro Interpretativos, quando vamos a ver não é mais que uma sede de “Associação de Amigos”), como se isso por si só fosse suficientemente forte para inverter os problemas, o mais grave de todos, a desertificação. Não se encontra também uma linha direccionada para a requalificação do nosso notável património quer arquitectónico, quer natural, tendo deixado cair em relação às previsões do ano passado, as intervenções nos centros cívicos das aldeias e a intervenção no Convento de Barro. A temática do património histórico, apenas é tratada pela rama, com a “Rota do Românico”, única iniciativa da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM-TS) que claramente vislumbramos e em relação à qual gostaríamos que nos fosse exposto a situação em termos de taxa de execução e projectos cabimentados ao nível da contratualização. Mas o mais surpreendente neste documento é a afirmação recorrente de que “só uma gestão responsável e equilibrada permite-nos chegar a este momento de crise em condições de fazer face às exigências das medidas impostas e responder de forma activa”! Faz-nos lembrar as afirmações relativamente recentes do Sr. Ministro das Finanças,



que, com o mesmo tipo de argumentos dizia, que Portugal não seria afectado pela crise pois estaria preparado para a enfrentar. Os resultados são os que se vêem e no nosso contexto local, é fácil fazer uma afirmação deste género, que chega até a desprezar os restantes municípios, quando se contraíram empréstimos atrás de empréstimos que não será com certeza este executivo que estará cá para os pagar. Mas lá chegaremos à questão da dívida... As receitas diminuirão no futuro, é sabido. Resultado de vários factores: participações do estado; menor produtividade local; menor capacidade dos nossos municípios. No nosso caso, o executivo, prevê a subida de receitas e mantém, de uma forma geral, o paradoxo com que afirma no documento: “implementaremos as medidas de contenção necessárias e redução da despesa corrente”. Aonde é que isso está? No que respeita às receitas de capital, o equilíbrio com a despesa advém de uma operação de alienação da parte social da Companhia das Águas das Termas no valor de 1.500.000,00 € que queremos começar aqui hoje por ver esclarecidas. Mais uma vez, conforme tem sido habitual neste processo das Termas, o executivo põe o “carro à frente dos bois”, e coloca a esta assembleia um documento com esta previsão de transacção, a que estará subjacente, deduzimos nós, uma série de pressupostos, sem que tenhamos minimamente conhecimento dos factos. A última vez que foi tratado aqui o dossier “Termas de Arêgos”, foi quando nos pronunciamos sobre a intenção da câmara a dar início a um estudo, (cuja designação é tão confusa como este processo) e que em síntese visava uma solução para o problema que criou, através de uma parceria público-privada. Hoje, sem qualquer apresentação dos desenvolvimentos ou conclusões desse estudo, a que não será suficiente resumir num único parágrafo “concretizaremos as operações do “Empreendimento Caldas de Arêgos”, quer que esta assembleia passe um “cheque em branco” validando desde já uma situação que desconhece por completo: Qual o modelo de intervenção? Qual o perfil do parceiro? Como está salvaguardado o interesse público? Qual é a saúde financeira da empresa municipal? Etc, etc. etc.... Esta ânsia de resolver o imbróglio para que lhe seja diminuída a responsabilidade que detém, não pode ser assim tratada, desprezando-se esta assembleia do conhecimento de uma matéria de fundo e de importância fulcral para o concelho, tratada apenas nos bastidores. Para terminar, em relação ao mapa de empréstimos. Uma leitura imediata permite-nos chegar a uma constatação evidente: Este executivo socialista e os dois anteriores já contrataram cerca de 7.000.000 € de empréstimo, encostando-nos ao limite do endividamento. Deste valor, pouco mais que 10% está liquidado. A título de exemplo e para que melhor se perceba com alguns casos: dos 250.000,00 € contraído para a construção das piscinas, em 2003 apenas estão pagos 40.000,00 €; dos 118.000,00 €, passados 7 anos apenas estão liquidados 18.000,000 €, do Estádio de Fornelos, os 900.000,00 €, bem, nem vale a pena falar!...e por ai fora! É que, conforme já referido, a propósito deste último caso, o executivo tem usado de uma “habilidade” legal contabilística que tem a ver com o período de carência, deixando para os outros pagar. Esta é uma situação preocupante e com graves repercussões no futuro. Às gerações futuras que governarão a nossa câmara não restará muito mais que pagar dívida.”-----

**Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS)** – Referindo-se a esta última intervenção disse que um projecto coerente não é aquele que é feito ano a ano, mas sim aquele que é elaborado de acordo



com um programa eleitoral e consequentemente com os investimentos que os seus autores e as pessoas que o sufragaram entenderam ser os necessários. Quanto à questão da Companhia das Águas das Caldas de Aregos, EM, SA, referiu que legalmente não será possível que a Assembleia Municipal fique sem a devida informação, porquanto qualquer operação que venha a ser realizada terá de ter sempre a sua autorização, pelo que não existe aqui nada que esteja a ser feitos nos “bastidores”. Por último, quanto à dívida da Câmara, disse que o seu nível actual estará sensivelmente ao nível da dívida que o PS herdou do PSD em 2009, significando isto que o PS, nestes 9 anos, fez e pagou o que fez, ao contrário do PSD que não pagou porque não fez, mas também ficou a dever.-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Entende que o líder do Grupo Municipal do PS está equivocado, porquanto dizer que a dívida da Câmara anterior se equivale à que existe actualmente, é um erro grosseiro. Recordou que da dívida anterior, grosso modo, faltam pagar cerca de 500.000,00 euros, sendo esta a dívida que a autarquia tem da gestão anterior. No que diz respeito à dívida da actual gestão camarária, disse que serão necessárias várias décadas e vários executivos para a liquidar.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Esclareceu que quando chegou à Câmara a autarquia tinha uma dívida de 5 milhões e meio de euros (valor que foi apurado em sede da auditoria que foi realizada à data e a que os Órgãos do Município tiveram acesso), o que exigiu uma gestão equilibrada. Passados 9 anos e após a concretização de todas as obras e investimentos que estão à vista de todos, a autarquia mantém o nível do seu endividamento líquido em menos de metade do endividamento legal e a sua capacidade de endividamento utilizada em 2/3, o que prova a inexistência de qualquer desequilíbrio estrutural ou conjuntural do ponto de vista financeiro, ao contrário de muitos outros Municípios. Quanto à questão de Caldas de Aregos, frisou que se trata de um processo que como é óbvio não corre à margem da Assembleia Municipal, uma vez que concluído o estudo que está a ser feito, antes de ser iniciado qualquer procedimento, será este órgão a pronunciar-se em primeira instância sobre os termos em que tal vai ser feito. Ficou perplexo com algumas observações feitas relativamente a este assunto, uma vez que sem que a respectiva rubrica esteja inscrita no orçamento, não será possível à Assembleia pronunciar-se posteriormente sobre o mesmo ou iniciar-se qualquer tipo de procedimento.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (voto favorável do Grupo Parlamentar do PS, 1 voto contra do Presidente da Junta de Freguesia de Feirão e abstenção dos restantes membros do Grupo Parlamentar do PSD), aprovar.**

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão, eram 18h40, tendo sido aprovados em minuta todos os assuntos remetidos pela Câmara Municipal a esta sessão da Assembleia. -----



Município de  
Resende

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---

E eu, \_\_\_\_\_, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----

---

Maria Teresa Pais Duarte dos Santos  
Presidente da Assembleia Municipal

---

António Manuel de Almeida Pinto  
Chefe da DASU